

PODER

Mobilização para beneficiar Bolsonaro

Defesa aguarda resposta a pedido de prisão domiciliar. Filho faz apelo a Moraes, e parlamentares pressionam o Supremo

» LETÍCIA CORRÊA*

O estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro, internado no DF Star, em Brasília, reacendeu o debate sobre a transferência dele para a prisão domiciliar. Condenado a 27 anos e três meses de detenção por tentativa de golpe de Estado e outros crimes, ele cumpre pena no 19º Batalhão da Polícia Militar (conhecido como Papudinha), mas a recente hospitalização devido a uma broncopneumonia bacteriana bilateral provocou uma nova ofensiva jurídica e de apoiadores para que receba o benefício.

Segundo o cardiologista Brasil Caiado, que acompanha o ex-presidente, Bolsonaro apresentou melhora clínica e laboratorial, mas deve permanecer na UTI pelo menos até o fim desta semana. O médico defende abertamente a troca para o regime domiciliar por “razões técnicas”.

“Do ponto de vista médico, técnico, um ambiente mais acolhedor, com mais recursos de profissionais adequados, multidisciplinares, fisioterapia. Sem dúvida nenhuma, o ambiente familiar, residencial, é bem melhor”, afirmou Caiado, destacando a necessidade de vigilância contínua 24 horas para evitar novos episódios de broncoaspiração.

A defesa de Bolsonaro protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), na terça-feira, o sexto pedido de prisão domiciliar. Os advogados argumentam que o ambiente prisional não possui condições de garantir a observação médica permanente necessária, o que

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



O ex-presidente está internado devido a uma broncopneumonia

expõe o ex-presidente a um “risco progressivo”.

Já o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) declarou ter se reunido com o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, para também pedir o benefício ao ex-presidente. O magistrado tem negado solicitações nesse sentido, sob o argumento de que a Papudinha possui estrutura reforçada para prestar assistência médica adequada.

“O ministro Alexandre de Moraes nos recebeu, há poucos instantes, numa conversa objetiva, onde nós pudemos reforçar aquilo que estava na petição sobre preocupação da piora do estado de saúde dele por

ocasião do local onde ele se encontra, apesar de ser bem tratado e atendido prontamente quando passou mal da última vez”, disse o senador.

Flávio disse ter explicado que o quadro de saúde do pai “tende a piorar se ele permanecer onde está”. “O risco que é a saúde dele de continuar em diversos momentos do dia sozinho, principalmente durante a noite”, acrescentou.

Ontem, um grupo de 178 parlamentares protocolou no STF um pedido de prisão domiciliar humanitária para o ex-chefe do Executivo.

* Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Mendonça prorroga inquérito do Master e Vercaro negocia delação premiada

A decisão do ministro André Mendonça de prorrogar por 60 dias o inquérito sobre o Banco Master consolida o protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) na investigação, que extrapola o campo financeiro e alcança o coração do sistema político-institucional brasileiro. O caso já é um dos maiores escândalos recentes, tanto pelo volume estimado em mais de R\$ 12 bilhões quanto pela complexidade das relações entre agentes públicos e privados.

Iniciada em novembro de 2025, a investigação desnudou o funcionamento interno do Banco Master sob a liderança de Daniel Vercaro, o que ocupava o vértice de um esquema baseado em carteiras de crédito fictícias e engenharia financeira fraudulenta. No começo, o foco era técnico, ainda restrito ao universo bancário. Em janeiro passado, o escândalo financeiro virou um caso mais amplo. O bloqueio de R\$ 5,7 bilhões e o rastreamento de ativos evidenciaram a sofisticação do esquema de ocultação patrimonial.

Assim, surgiram os primeiros indícios de conexão com o setor público. Apareceram elementos graves, que podem resultar numa crise institucional. A estrutura informal conhecida como “A Turma”, utilizada para monitoramento e intimidação de adversários, além dos indícios de cooptação de servidores do Banco Central, vai além da formação de quadrilha. Por trás da fraude financeira, há evidências de composição de sistema de poder paralelo, com capacidade de influenciar decisões regulatórias e constranger atores públicos e privados.

O Supremo passou a ser epicentro da crise. A relatoria do caso, inicialmente sob responsabilidade de Dias Toffoli, passou para André Mendonça. Hoje, o STF é principal ator político envolvido no escândalo. Ao autorizar sucessivas prorrogações, Mendonça garante a continuidade das investigações, mas também concentra poder decisório sobre seus rumos. Em um cenário de possíveis delações premiadas, não se pode descartar o envolvimento de autoridades com foro privilegiado.

A Polícia Federal, responsável por conduzir as investigações e revelar a materialidade dos fatos, também está na berlinda. O pedido de prorrogação indica que o volume e a complexidade das provas exigem tempo adicional, o que reforça a robustez do inquérito, mas também amplia o risco de vazamentos, ou seja, comprometer a validade processual. O Banco Central também tem culpa no cartório. Os indícios de cooptação de servidores do BC apontam para uma falha grave no sistema de supervisão financeira. A participação de funcionários em troca de informações privilegiadas representa uma captura regulatória, no qual o ente fiscalizador passa a operar em benefício do fiscalizado. A credibilidade da

autoridade monetária está fragilizada na medida em que se amplia o alcance político do escândalo.

O caso repercute mais ainda porque envolve o banco estatal do Distrito Federal, um dos poucos que escaparam das privatizações. O afastamento do então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, mostra que a tentativa de aquisição do Banco Master não era apenas uma operação de mercado, era uma estratégia de legitimação ou salvamento institucional de ativos contaminados, no âmbito da política econômica regional e do uso de instituições públicas para fins questionáveis.

Cortina de fumaça

A ameaça de delação premiada de Daniel Vercaro gera mais instabilidade econômica e política. Políticos e autoridades têm medo do conteúdo potencial das revelações e um eventual efeito dominó que podem produzir. A intensificação de vazamentos e a mobilização de atores ainda não formalmente investigados indicam uma tentativa de redução de danos que pode ter efeito contrário e agravar a crise.

A troca de advogados e a negociação de uma possível delação é o fato novo no escândalo. O “dilema do prisioneiro”, resistir ou colaborar, clássico da teoria dos jogos, tornou-se de natureza política. São duas estratégias distintas de defesa: a delação ampla pode redefinir o futuro de Vercaro e arrastar outros atores políticos; sua frustração, com base em nulidades processuais decorrentes de vazamentos, pode comprometer todo o esforço investigativo.

Do ponto de vista institucional, o caso mostra a facilidade da captura dos sistemas de controle da República por agentes privados. A interseção entre mercado, Estado e poder político cria um ambiente propício à formação de redes informais de influência, cuja desarticulação depende não apenas de instrumentos jurídicos, mas de vontade política e coesão institucional. Infelizmente, o Congresso faz parte desse processo de captura do bem comum pelos interesses privados e, de certa forma, está atuando para melar a investigação.

A prorrogação do inquérito, portanto, é apenas um capítulo dessa crise maior. O desfecho dependerá de o próprio Supremo resistir às pressões internas e externas, para conduzir o processo com rigor técnico e responsabilidade política. O risco não é apenas a impunidade, é a erosão da confiança pública no próprio Estado.

Um sinal de que está se armando uma grande cortina de fumaça é o vazamento de informações de natureza íntima, envolvendo Vercaro e a ex-namorada Martha Graeff, enquanto não se fala mais ou muito pouco da fraude de R\$ 50 bilhões e R\$ 80 bilhões, que pode levar o BRB à liquidação e colapsar fundos de aposentadoria, como o RioPrevidência.

O MOTOGP
ESTÁ DE
VOLTA A

20 A 22
DE MARÇO

AUTÓDROMO INTERNACIONAL
DE GOIÂNIA AYRTON SENNA

GOIÁS

Uma conquista
para acelerar
o coração de
todos os goianos.

Depois de 37 anos,
o Governo de Goiás traz
o maior evento de
motovelocidade do
mundo ao **estado mais
seguro do Brasil.**

- **R\$ 870 milhões** em movimentação na economia goiana
- **R\$ 130 milhões** em arrecadação
- **Mais de 4 mil** empregos diretos gerados
- **Mais de 150 mil** turistas

Escaneie e acesse
o site oficial
do MotoGP Brasil.

MOTOGP
GOIÁS

GOV. DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

GRANDE PRÊMIO DE GOIÁS

2026